

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO UMA  
ALTERNATIVA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Glória Janini de Pellegrin**

**Sobradinho, RS, Brasil  
2015**

**O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO UMA  
ALTERNATIVA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**por**

**Glória Janini de Pellegrin**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Prof. Dra. Maria Elisabete Londero Mousquer**

**Sobradinho, RS, Brasil  
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização**

**O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO UMA  
ALTERNATIVA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

elaborada por  
**Glória Janini de Pellegrin**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

Maria Elisabete Londero Mousquer, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

Claúdio Emelson Guimarães Dutra, Ms. (UFSM)

Michele Daiani Hennicka, Ms (UFSM)

Sobradinho, 28 de novembro de 2015

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

## **O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO UMA ALTERNATIVA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

AUTORA: GLÓRIA JANINI DE PELLEGRIN  
ORIENTADOR: MARIA ELISABETE LONDERO MOUSQUER

Data e Local da Defesa: Sobradinho/RS, 27 de novembro de 2015.

### **RESUMO**

O tema abordado no presente estudo é “Gestão Participativa” e tem como objetivo refletir sobre o Conselho de Classe enquanto instrumento de participação nas escolas, assegurado pela Gestão Democrática. A problemática deste estudo questiona o papel do Conselho de Classe enquanto instrumento de participação nas escolas de educação básica. Este estudo foi realizado através da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, no qual se buscou subsídios com autores renomados como Dourado e Duarte (2001), Gemerasca e Gandin (2002), Libâneo (2004), autores estes que muito contribuíram para o enriquecimento do estudo. Entre as conclusões, compreendeu-se que se faz necessário repensar o processo ensino-aprendizagem, tendo como ponto de partida o envolvimento maior dos pais, alunos, professores e gestores, onde todos participam das tomadas de decisões para a busca de uma melhor qualidade do ensino.

**Palavras-chave:** Gestão Participativa. Conselho de Classe. Qualidade de ensino.

THE CLASS COUNCIL PARTICIPATORY AS AN ALTERNATIVE IN THE  
DEMOCRATIC MANAGEMENT

AUTHOR: GLORY OF PELLEGRIN Janini

SUPERVISOR: MARIA ELISABETE LONDERO MOUSQUER

RESUME

The subject of this study is "Participatory Management" and aims to reflect on the Class Council as an instrument of participation in schools, guaranteed by the Democratic Management. The problem of this study questions the role of the Board of class as an instrument of participation in basic education schools. This study was conducted through qualitative research literature nature, in which it sought subsidies with renowned authors such as Golden and Duarte (2001), Gemerasca and Gandin (2002), Libâneo (2004), authors these which greatly contributed to the enrichment of study . Among the findings, it was understood that it is necessary to rethink the teaching-learning process, taking as its starting point the greater involvement of parents, students, teachers and managers, where everyone participates in decision making in the search for better quality education.

Keywords: Participative Management. Class council. Teaching quality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>03</b>
<b>1 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>1.1 A função social da escola.....</b>	<b>04</b>
<b>1.2 Espaços de ações democráticas.....</b>	
<b>2 O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>04</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>04</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>07</b>

## INTRODUÇÃO

A educação é muito importante na sociedade, pois ao mesmo tempo em que é o elemento que transmite a moral social, permite que todo indivíduo possa, em alguns momentos, especializar-se numa ou mais áreas do conhecimento humano. Além disso, possibilita ao sujeito preencher uma função útil, consciente e transformativa na sociedade das tarefas educacionais, mostrando que os interesses individuais só podem realizar-se plenamente através dos interesses sociais.

Eis uma das funções principais da educação, a de construir um ser social em cada um de nós, pois ela perpetua e reforça na criança um modo de ser que é essencial para a vida coletiva.

Se a escola é um espaço próprio da tarefa educativa e estando ela inserida num todo social mais amplo e complexo, tem-se um consenso sobre o fato de que a educação é uma tarefa coletiva da sociedade e embora a escola seja dirigida por uma equipe de pessoas, ela não pode ficar a margem do contexto em que se insere; entende-se assim, o sentido de aprofundar a relação escola-comunidade num elo de articulação.

A participação sem troca, como dádiva, ocorre por decisão pessoal movida pela afetividade, ao desejo que se julga nobre e relevante, gerando o compromisso. A participação é muito mais que aderir, obedecer, aceitar decisões previamente estabelecidas. Participação é construir, planejar coletivamente, e o plano em ação deve ser significativo, com contribuições de todos.

Como objetivo deste estudo, pretende-se refletir sobre o Conselho de Classe enquanto instrumento de participação nas escolas, assegurado pela Gestão Democrática. Também tem como finalidade, entender o processo de gestão democrática e seus instrumentos mais significativos, como o Conselho Escolar e a eleição de Diretores. A partir daí, se pode, desenvolver o Conselho de Classe como mais um instrumento de participação.

Para tanto, optou-se pela pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2007), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa desenvolvida é de cunho exploratório, caracterizada como bibliográfica e qualitativa, uma vez que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo. Sua finalidade, segundo Marconi ;Lakatos (2008, p.

185), é colocar o pesquisador em contato direto com toda bibliografia pertinente, uma vez que a mesma oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente. Tal pesquisa tem como objetivo, segundo Trujillo (1974, p. 230), permitir ao cientista o “reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. Segundo os estudos de Marconi & Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica não é uma simples repetição de algo que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, uma vez que ela propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, o que possibilita, por sua vez, chegar a conclusões inovadoras.

Assim, a problemática deste estudo questiona qual o papel do Conselho de Classe nas escolas de educação básica. A escolha deste eixo se justifica por sentir a necessidade de uma proposta alternativa no que se refere ao Conselho de Classe, repensando os espaços de planejamento escolar, transformando-os em momentos de participação mais efetiva e significativa, conduzidos por uma ação eficiente, que saiba o processo de construção do planejamento participativo de forma democrática e não contraditória.

# 1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

## 1.1 A função social da escola

A escola é reflexo do contexto social e econômico que pertence e ao considerar "determinado tipo de conteúdo a ser ensinado ou método para facilitar esse processo" (ARANHA, 2002, p. 74) a instituição escolar não apenas propaga conhecimentos intelectuais, mas transmite valores morais, normas de conduta, maneiras de pensar que estão ocultos nas ações pedagógicas da escola. Assim, a escola assume cada vez mais, um papel insubstituível na sociedade contemporânea. É preciso cautela ao propor e preparar o currículo escolar, pois em toda a parte o progresso das instituições educacionais foi fundamentalmente incentivado por valores e tradições de elites ligadas a nítidas distinções de classe, segundo Aranha (2002)

Para Lenhard (1985) a escola tem como principal função social assegurar a transmissão cultural proporcionando o desenvolvimento intelectual, bem como também intervindo entre os educandos e os modelos sociais vigentes.

É verdade que interesses particulares muitas vezes se apresentam como comuns por meio de assim chamadas, ideologias. É justo também que toda colocação de objetivos seja submetida a escrutínio rigoroso, em busca dos seus aspectos ideológicos. É provável, mesmo, que tais aspectos sejam sempre encontrados. Com isto não se responde, tais objetivos são opostos ou não aos de classes, pois podem ser independentes ou complementares (CHINOY, 2008, p. 545).

Para as nações que se desenvolvem, definiu-se a educação como "a chave que abre a porta da modernização". Tanto para o Estado quanto para a economia requerem uma população mais alfabetizada e, talvez de maneira ainda mais significativa, um grupo bem treinado de diretores, administradores e profissionais liberais, capazes de dirigir o governo e introduzir métodos e técnicas modernas (CHINOY, 2008, p. 538)

"A educação transformou-se em fator essencial das oportunidades na vida das pessoas, isto é, os indivíduos passaram a ter mais oportunidades de emprego, rendimento financeiro e status na sociedade" (CHINOY, 2008, p.18).

E é "[...] evidente, que o acesso à educação representa uma chave importante da oportunidade e encontra-se à disposição não só dos que pertencem às classes média e superior, mas também de muitos outros, que o utilizam como base da ascensão econômica e social"(CHINOY, 2008, p. 545)

Na sociedade atual a educação tem a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e afetivas da criança. Às mudanças ocasionadas nas estruturas da sociedade devido à industrialização,

política e no governo, atingiram a fundo a instituição educacional e as ações da escola, amplamente, tomaram para si funções que cabe a família, tais como: como o aprendizado de regras de conduta moral e social, socialização e valores.

## **1.2 Espaços de ações democráticas**

Segundo Dourado; Duarte (2001), identificar espaços e estratégias de mobilização são objetivos que, por sua vez, tem como finalidade revelar novas possibilidades de participação democrática e ao procurar modificar a realidade que nos cerca, quer-se que essas experiências sejam em benefício de todos. Ao examinar mecanismos de articulação, espera-se fortalecer competências pessoais e coletivas necessárias ao desenvolvimento dessas ações compartilhadas. Uma das questões avaliadas nesse sentido é a comunicação, outra pode ser o planejamento. Podemos lembrar aqui Gandin e Gemerasca (2002), que nos dizem que a educação escolar entende-se como um processo de construção social e formação do ser humano, sendo ferramenta indispensável na operacionalização desse processo, onde ele estabelece a participação de elemento chave, definindo o rumo que quer tomar e as ações concretas, a fim de alcançar os ideais de transformação que foram traçados.

Corroborando com o pensamento de Gandin e Gemerasca, os estudiosos Penin e Vieira (2002), destacam que a falta de convívio não faz bem a nenhuma das partes, coisas simples que poderiam ser resolvidas com diálogo, trocas de ideias, acabam muitas vezes por se transformar em problemas. A escola precisa respeitar a cultura e as diversidades da comunidade, adotando atitudes adequadas nas reuniões com os pais, no horário em que são marcadas, na linguagem da comunicação adotada, na condução das reuniões, entre outras.

Quando os pais se envolvem na educação dos filhos, a chance de sucesso das crianças nos estudos é muito maior. Uma comunidade bem informada pode contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade da escola, do processo de ensino-aprendizagem bem como da relação com a comunidade.

É preciso ter cuidado para não prevalecer à impressão de que pais e alunos, por sua condição econômica e cultural precisam ser tutelados como se lhes faltasse algo para serem considerados cidadãos por inteiro. Este comportamento se reproduz também no processo pedagógico em sala de aula, onde o educando é encarado, não como sujeito da aprendizagem e como elemento fundamental para a

realização da educação, mas como obstáculo que impede que esta se realize. Não parece difícil deduzir a implicação dessa postura para a participação da comunidade nas decisões escolares.

Para Paro (1996, apud, CADERNO TEMÁTICO V. 4, 2000, p. 13) “Uma escola perpassada pelo autoritarismo em suas relações cotidianas muito dificilmente permitirá que a comunidade aí se faça presente para participar autonomamente de relações democráticas”.

Reforçando a ideia apresentada acima, Marçal e Souza (2001), nos abordam a relevância do trabalho coletivo, na articulação dos segmentos e a construção coletiva de um projeto pedagógico, onde estes precisam ser discutidos por todos e que ainda possuem conhecimento, ideias e valores diferentes que podem gerar divergência.

A diversidade de segmentos e de ideias é que torna o seu processo de construção rico e dinâmico, pois é através dessa interação que surge o coletivo da escola. Este trabalho se estrutura visando assegurar o sucesso dos alunos e o atendimento das necessidades educativas de sua comunidade, fazendo com que a escola se constitua por indivíduos e segmentos que estão em constante interação, assim como por confrontos e divergências, como uma busca e luta por objetivos comuns.

Numa sociedade em que o autoritarismo se faz presente, das mais variadas formas em todas as instâncias do corpo social, é de se esperar que haja dificuldades em levar as pessoas a perceberem os espaços que podem ocupar com sua participação, bem como a escola para com a comunidade.

Segundo Paro (1996, apud. CADERNO TEMÁTICO V. 4, 2000, p. 14).

[...] de uma forma ou de outra, parece que a questão da iniciativa de participação da população na escola reserva boa dose de responsabilidade tanto nos educadores com consciência social dos problemas do ensino público que atuam no interior da unidade escolar, quanto às pessoas ou instituições que, no seio da sociedade civil, se preocupam com o problema da participação popular na escola.

Nessa perspectiva é preciso que do lado da escola haja gente interessada na participação e para que esta aconteça, as pessoas precisam de alguém que as chame, que dê sentido da importância da participação, que promova abertamente e significativamente o trabalho cooperativo porque muitas vezes, elas sabem da importância de fazer alguma coisa, mas necessitam de alguém que as convença a fazer de forma efetiva.

Um fator que deve ser avaliado no sentido de participação democrática é o Projeto Político Pedagógico (PPP). Quanto ao currículo, este projeto é positivo, pois envolve toda a comunidade, porém, torna-se negativo quando há manipulação de forma indireta (velada) fazendo com que a escola siga num currículo com molde tecnicista ou talvez, poder-se-ia dizer que a escola muitas vezes tem adesão a este processo sem estar consciente do que está fazendo.

Esta manipulação ocorre sem conexão com o consciente, seja no estilo de gerenciamento, liderança, no currículo que se estende oculto em sala de aula, ou mesmo quando se diz que há democracia, por exemplo, e a minoria escolhe e decide para os outros simplesmente aprovarem.

O Projeto Político Pedagógico, segundo Gerner e Gandin (2002), enfatiza muito os três marcos referenciais, o Marco Situacional, o Marco Filosófico e em especial o Marco Operativo, sendo que este último destaca a relação com a comunidade, a qual deve oportunizar maior integração, um relacionamento de troca, com liderança, de forma participativa, ativa, com trabalho em conjunto e cooperativo junto à escola. Cabe aqui falar um pouco sobre o Marco Situacional e Marco Filosófico.

O planejamento coletivo é uma oportunidade para refletir sobre o trabalho desenvolvido na escola, repensar ações, buscar e superar limites além de contribuir com a relação entre escola e comunidade para uma práxis comprometida com seu meio ( MARÇAL; SOUZA, 2001, p.05).

Em decorrência, pode-se considerar fator relevante na construção do PPP, pois há uma diferença muito grande na qualidade do trabalho de escolas que contam com a participação da comunidade que planejam, executam e avaliam suas ações. Normalmente, o desempenho dos alunos é melhor em escolas nas quais os pais participam da vida escolar e são constantemente informados do rendimento escolar dos seus filhos, bem como realizam atividades conjuntas com e na comunidade. Reforça-se a ideia das escolas terem autonomia, mas é de base pensar que quanto mais a escola adquire autonomia e competências, mais responsabilidades ela assume diante e com a comunidade.

É visto na LDB de 1996, que a missão da escola é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho. Para isto, é preciso estar atento para o significado da expressão “pleno desenvolvimento”. É uma expressão carregada de significado, não somente voltada para a tarefa de ensinar, mas de dar conta de muitas outras dimensões que fazem

de cada pessoa um ser humano perfeito, completo e feliz. E como conseguir isto sem a participação e a construção coletiva de todos os segmentos da escola?

Assim, se faz importante a escola repensar profundamente a respeito de seu jeito de fazer escola. Este jeito perpassa a necessidade de uma relação entre escola e comunidade. Busca uma articulação compartilhada entre projetos e objetivos comuns como forma de construí-los articuladamente.

Para isto ocorrer, se faz necessário perceber como se dão as relações entre desenvolvimento e aprendizagem e buscar parceria com todos os segmentos da escola, bem como chamar a comunidade escolar a fazer parte na construção e planejamento dos objetivos e projetos.

Reforçando esta ideia, Penin e Vieira (2002), dizem que é da responsabilidade da gestão, assim como dos professores, ouvir todas as partes interessadas na escola e partilhar as decisões de construção de uma escola que caminhe na direção do cumprimento de sua função social e dos objetivos da educação numa sociedade que se diz democrática.

Contudo, entende-se que democracia não é algo dado, mas sim um processo em permanente construção. A escola cumpre importante papel no sentido de assegurar a todos igualmente condições para a permanência bem sucedida de todos, principalmente do educando na instituição escolar.

A escola, na verdade, por suas características pode ser um lugar privilegiado de exercício da democracia como valor e como processo. Depois da família é a instituição na qual se inicia a socialização entre as pessoas. Nela, o convívio de crianças e jovens faz com que aprendam limites que permitem situar o seu direito individual em relação ao direito dos outros. Os outros têm desejos e necessidades próprias. Devem ser respeitados e considerados.

O direito individual, assim é um direito que se afirma em relação do direito de outro. Entre eu e o outro existe o nós, princípio básico da convivência democrática. A escola é onde o nós aflora e deve ser cultivado ( MARÇAL; SOUZA, 2001, p.15).

O aprender a conviver com os outros e respeitar os seus direitos é um princípio básico da convivência democrática, isto significa que todos devem saber ouvir e serem ouvidos. Se esta aprendizagem começa bem na escola prosseguirá ao longo da vida.

Davis e Grosbaum (2001) colocam que a aprendizagem deve ser significativa, assim também como significativo deve ser o entrosamento com a comunidade. Uma

relação profunda e relevante para a vida do aluno e da própria comunidade em que se articulem os conhecimentos e uma forma de pensar sobre o real do contexto. Para isto a escola precisa de organização e articulação, isto implica um compromisso dos membros da equipe escolar com os outros segmentos da escola.

Sintetiza a identidade da escola, a sua função social orientando na tomada de decisões e garantindo a unidade da ação e o comprometimento de todos os segmentos na ação pedagógica. Faz-se necessário fortalecer o relacionamento da escola como forma de melhorar e avançar para a convivência democrática.

Dourado e Duarte (2001), nos dizem que a gestão escolar constitui um modo de articular pessoas e experiências educativas, de estabelecer contatos entre recursos humanos e administrativos, financeiros e jurídicos na construção do projeto pedagógico da escola. A gestão democrática requer dentre estes, a participação da comunidade nas ações desenvolvidas na escola. Envolver, articular-se com a comunidade escolar é tarefa árdua e complexa, pois envolve interesses, sentimentos e valores diversos.

Não existem limites rígidos entre a comunidade e a escola. O importante é que possamos estabelecer um intercâmbio entre ambas as partes.

Ao examinar mecanismos de integração e ponderar sobre eles espera-se fortalecer competências pessoais necessárias ao desenvolvimento de ações compartilhadas. Para promover a participação responsável e consequente a equipe diretiva deve ser capaz de reconhecer e avaliar os vínculos entre as propostas elaboradas em sua escola, as políticas e os programas. É visto que, a democracia também envolve deveres como consta nos artigos da LDB de 96.

A gestão democrática da educação requer gestores capazes de reconhecer e participar das novas relações sociais em formação. Esta habilidade por sua vez, desenvolve-se com a participação nas ações coletivas em sua cidade, ações inovadoras que buscam parcerias também fora da escola.

Dourado e Duarte (2001, p. 83), dizem que “Essa passagem de século está nos mostrando que é necessária a união em nossas comunidades, para que todos participem e assumam responsabilidades pelo desenvolvimento da sociedade”.

No campo da educação a comunidade deve integrar-se com os projetos da escola, a inserir-se no cotidiano escolar. Ela não pode ser um elemento introduzido depois que tudo já estiver funcionando.

A escola, no entanto, precisa abrir-se à comunidade, fazendo com que estas

parcerias envolvam responsabilidade, compromisso e confiança. Também cabe a escola buscar parcerias que possam colaborar na expansão de seu potencial de ofertas de atividades para seus alunos, seja na própria comunidade ou na iniciativa privada ou por meios de projetos integrados entre Secretarias de Cultura, Educação e Esportes e outras instituições públicas. Assim, os jovens poderão desenvolver seus potenciais artísticos nos campos de narração de histórias, música, dança, esporte, artesanato entre outros, bem como desenvolver o espírito de equipe, de trabalho cooperativo e integrado e coletivo na própria comunidade.

Precisa-se ter clareza para que as parcerias com as escolas não se limitam apenas a melhorar o sistema educacional existente, por meio de programas de apoio e outros tipos de ajuda direta e voluntária às atividades escolares. Estas são importantes, mas não esgotam a necessidade de formar parcerias mais críticas, que ajudem nossas escolas a assumir maiores responsabilidades e a implantar uma educação de qualidade com mecanismos de avaliação mais adequada.

Para Paro (1996 *apud* CADERNO TEMÁTICO, V1, 2000), se falamos em gestão democrática na escola, já necessariamente está implícita a participação da comunidade em tal processo. Aceita-se que gestão democrática deve implicar, necessariamente, a participação da comunidade. Para tal, há a necessidade de uma maior precisão do conceito de participação. A este respeito, tem-se uma preocupação com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução do processo.

Dourado e Duarte (2001) reforçam o pressuposto que o trabalho em equipe, o compartilhamento das ações e decisões na escola articulam-se à implementação de mecanismo de participação colegiada na escola, favorecendo o processo de construção da autonomia e da democratização. O desenvolvimento de um trabalho coletivo requer atuação das comunidades escolares e locais na construção e na implantação de um projeto pedagógico, no qual as responsabilidades sejam mútuas, a sensibilidade para ações inovadoras e criativas sejam princípios observados e a educação de qualidade seja a principal finalidade.

A autonomia da escola se amplia com ações de incentivo à participação e, também, com a criação de mecanismos, de construção coletiva. Colocar em prática, no cotidiano das atividades escolares, uma proposta educativa que seja “fruto” também da vontade da comunidade é um exercício democrático e promove maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, assim também consta

nos artigos 12 e 15 da LDB.

“Ter autonomia implica conhecer pontos de vista e argumentar a respeito de ideias e decisões. O diálogo entre docentes, gestores e comunidade favorece a melhor qualidade da educação na escola e o sucesso do aluno” (DOURADO; DUARTE, 2001, p.67)

Penin e Vieira (2002) acreditam que para cumprir a função social da escola, é necessário estar em ligação permanente com seu entorno. Caso contrário, acabará por se transformar numa instituição isolada, perdendo o poder de atração sobre criança, jovem e suas famílias. É oportuno lembrar que de todos os grupos de pessoas que frequentam a escola, a comunidade é a mais perene; alunos, professores, gestores, funcionários. Há uma mobilidade no espaço escolar em que muitos se tornam egressos para sempre, outros retornam, mas a comunidade, no entanto, permanece ali por gerações.

Considerando o trabalho participativo, coletivo e democrático na escola com a comunidade, é importante elaborar um plano de ação que seja desta mesma forma criada com a intenção de se organizar, planejar, monitorar, promover e avaliar a inserção social e a qualidade do ensino-aprendizagem dos educandos.

Também é necessário analisar princípios humanos, de valores e concepções enriquecedoras, proporcionando assim uma sociedade mais humana, solidária, participativa, cooperativa, reflexiva, cidadã e democrática, levando em conta a consciência e o conhecimento da realidade com um envolvimento maior da comunidade num elo de cooparticipação e responsabilidades, junto a interesses comuns entre escola e comunidade.

## **2 O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

O Conselho de Classe é um importante momento de reflexão dentro dos espaços escolares. É um momento privilegiado de avaliação do processo ensino-aprendizagem, tornando-se assim um espaço para redefinir as práticas dentro da sala de aula, com o objetivo de garantir ao aluno uma aprendizagem satisfatória. De acordo com Dalben (2004, p.108), "é capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização. É o espaço da discussão pedagógica".

Geralmente, os Conselhos de Classe que normalmente são realizados nos finais de bimestres, trimestres ou semestres, são vistos como um momento que tem por finalidade diagnosticar os problemas em relação aos alunos, turmas, docentes e escola para após apontar soluções.

Na prática, os Conselhos de Classe acabam por discutir as notas e comportamentos dos alunos, bem como, alguns encaminhamentos pedagógicos, onde apenas são discutidos pontos negativos, esquecendo-se de discutir o processo educacional no seu todo. Cruz (2005, p.11) aponta que "de modo geral o Conselho de Classe se transformou em instância de julgamento dos alunos, sem direito à defesa e em espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica".

O Conselho de Classe, então, torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que os pais, alunos e professores, situam-se conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, a partir de fatos apresentados e metas traçadas no Projeto Político Pedagógico. Não está nas possibilidades da escola mudar as características de vida dos alunos ou de suas famílias, mas, a escola pode e deve mudar as formas e condições do serviço prestado, conforme as características dos alunos. (PENIN, 2002, p.90).

Cabe à escola, juntamente com todos profissionais da educação buscar meios de modificar a estrutura do Conselho de Classe, na maioria das vezes visto como um momento de avaliação excludente, em que apenas o fracasso escolar e os problemas enfrentados no cotidiano escolar são evidenciados, deixando de ser um espaço para reorganizar o trabalho pedagógico para buscar êxito na qualidade da aprendizagem da criança e adolescente.

Cruz (2005) salienta que o Conselho de Classe é um espaço de reflexão pedagógica em que professor e aluno devem situar-se no processo ensino-aprendizagem, e não pode ser encarado como um espaço de entrega de notas.

Batista (2011) salienta que:

Existem várias maneiras de organizar um Conselho de Classe na perspectiva de reconhecê-lo como espaço de construção da aprendizagem e reorganização do trabalho pedagógico. Cada escola deve decidir a melhor forma de organizá-lo sem perder de vista que a aprendizagem e o trabalho coletivos são elementos essenciais para o fortalecimento da escola como espaço de construção de uma cidadania democrática. (BATISTA, 2011, p. 31)

Na gestão democrática se estabelece uma nova perspectiva de planejamento participativo, onde as escolas tem a autonomia em definir de que forma haverá a participação da comunidade escolar.

A gestão democrática esta prevista na LDB/96 em seu artigo 14:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Neste sentido, se faz necessário repensar o processo ensino-aprendizagem, pensando sempre num envolvimento maior dos pais, alunos, professores e gestores, onde todos participam das tomadas de decisões para buscar uma melhor qualidade do ensino. Neste contexto, é fundamental uma nova dinâmica para o Conselho de Classe, sendo este um momento para reflexão dos conteúdos dados, da qualidade do trabalho desenvolvido, do aproveitamento dos alunos, do desempenho e da metodologia utilizada pelos professores, bem como uma análise da estrutura física e da administração geral da escola.

Geralmente, o Conselho de Classe realizado nas escolas, com o intuito de discutir o processo educativo como um todo, conta somente com a participação dos professores e equipe pedagógica. Dalben (2004) enfatiza que:

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos.

Pensando em uma maior relação entre professores, alunos e pais, Libâneo (2004) define Conselho de Classe como:

um órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando a um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação.

É papel da escola desenvolver um processo de inovação no que se refere à estruturação dos Conselhos de Classe. É preciso haver uma modificação através de

uma educação reflexiva e participativa. É necessário que os pais também sejam conhecedores da situação em que se encontra o processo ensino-aprendizagem do seu filho, além da participação dos próprios alunos, professores e equipe diretiva, ou seja, o Conselho de Classe deve acontecer de forma colaborativa entre todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar. Este trabalho deve abranger a participação dos segmentos dos professores, direção, alunos e pais com o intuito de haver um maior comprometimento com a qualidade da educação.

Assim, como a instituição familiar a instituição escolar ao longo do tempo foi alterando suas estruturas e funções, seguindo determinados modelos sociais vigentes de cada época. Segundo Aranha(2002) "Na Idade Média as escolas monásticas dedicavam a ensinar o clero e a preparação dos noviços para o trabalho cristão e tinha função de disciplinar e inculcar normas de conduta, subordinado os indivíduos aos regimes da hierarquia e a aprendizagem da obediência". Com Revolução Industrial a educação sofre alterações para atender as exigências da classe burguesa e a escola passa direcionar a formação técnica especializada e ao estudo das ciências (ARANHA, 2002, p.72-73).

De acordo com Oliveira (2001) a educação tem a finalidade de transmitir a cultura, adaptar os indivíduos ao meio social e desenvolver suas potencialidades e como consequência promover o próprio desenvolvimento da sociedade. A criança desde que nasce inicia o progresso de socialização na instituição familiar, à medida que cresce aprende as regras de comportamento do grupo em que nasceu. E a educação vem para completar e aprimorar esse progresso.

Santos (2010, p.311) destaca a importância do Conselho de Classe Participativo:

O conselho de classe participativo obteve significação e possibilitou a participação dos sujeitos de forma efetiva, criativa e autônoma na construção da história, da cultura e do contexto social escolar. O significado de participação, instituído em âmbito escolar, tem caráter do envolvimento de todos (gestores, orientadores, professores, pais e alunos) e busca conectar aluno e avaliação, além de melhorar os índices alcançados pelas unidades escolares. A participação de todos, além de fomentar a cidadania abre caminho para a reflexão. A coletividade inserida - seu interesse é o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e seu envolvimento com a avaliação – é avanço para a escola.

O Conselho de Classe Participativo, sendo um trabalho que envolve a participação dos pais, alunos, docentes e da equipe diretiva na definição da avaliação, na análise dos resultados, nos problemas levantados e nas metas de solução a serem seguidas tornando-se um espaço de reflexão pedagógica com um objetivo em comum que é alcançar uma educação de qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A preocupação maior neste estudo foi compreender como acontece o processo de gestão democrática dentro da escola, analisando o papel do Conselho de Classe participativo como uma estratégia democrática, como forma de perceber até que ponto ele contribui para a melhoria da qualidade das escolas de educação básica. Aponta, também, algumas possibilidades reflexivas para aprimorar o processo, muitas vezes repetitivos e sem resultados concretos para a efetivação da melhoria da aprendizagem escolar.

Assim, muitas vezes as dificuldades nos incentivam a criar novas formas de organização e de participar das decisões para resolvê-las. Isso acontece nos Conselhos de Classe. Espaços de discussão possibilitam trabalhar ideias divergentes na construção do processo educativo, criando e fortalecendo ideias de participação. E ao compartilhar os objetivos comuns numa mesma direção, de forma integrada e confiante, o processo de ensino-aprendizagem fica mais consistente, prazeroso e recíproco.

Este estudo foi de suma importância pela necessidade de contribuir quanto à atuação da escola no que se refere ao Conselho de Classe, numa perspectiva democrática, reconhecendo o seu compromisso juntamente com os professores garantindo os princípios de liberdade e solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e, para isso assegurar a qualidade de ensino, da educação, da formação básica.

São vários os caminhos do educador e da escola como um todo, onde se permeiam as incertezas, as inovações, os desempenhos, proporcionando uma visão de multiplicidade de influências, pressões, abordagens, tecnologias, procedimentos, indagações e respostas, diversidade de cultura e de valores. De acordo com o estudado nesta pesquisa, o Conselho de Classe participativo é um desses caminhos.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. *Filosofia da Educação*. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- BATISTA, A; CODO, W.A. *A centralidade de gestão*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96.
- CHINOY, Ely. *Sociedade: Uma Introdução à Sociologia*. 20. Ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2008.
- CRUZ, Carlos. *Conselho de Classe: Espaço de diagnóstico da prática educativa escolar*. São Paulo, S.P.: Edições Loyola, 2005.
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Pedagógica da escola*. 1ªed. Campinas. Papirus. 2004. Coleção magistério: formação e Trabalho Pedagógico.
- DAVES, C.; GROSBaum, M. W. *Sucesso de todos, compromisso da escola*. In: VIEIRA, S. L. (org.) *Gestão da escola: Desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- DOURADO, L. F., DUARTE, M. R. T. Como promover articular e Envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II – Progestão. Brasília: CONSED, 2001.
- GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1994.
- GEMERASCA, Maristela P.; GANDIN, Danilo. *Planejamento Participativo na Escola: O que é e como se faz*. 5ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 2002.
- GIL. Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de Pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LENHARD, Rudolf. *Sociologia Educacional*. 7. Ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S.; *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. *A criança e seu desenvolvimento*. Perspectiva para se discutir a educação infantil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. *Conceito, justificativa e fases do planejamentos da educação*, São Paulo, n. 18, 1996.

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). *Gestão da escola – desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13 a 45

MARÇAL, V.P.; SOUZA, S.M.C. A queixa escolar nos ambulatórios públicos de saúde mental: Práticas e Concepções. Campinas: *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*(ABRAPEE), 10, 2006. p.121-131.

SANTOS, F. R. V. dos S.. Conselho de classe: a construção de um espaço de avaliação coletiva. 2006. *Dissertação (Mestrado em Educação)*. Faculdade de Educação. UnB, Brasília, 2010.

TRUJILLO, Alfonso Ferrari. *Metodologia da ciência*. 3 ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.